

ALINHAMENTO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA COM A SISTEMATIZAÇÃO DOS CUSTOS DA DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA

ALIGNMENT OF THE BUDGET FORECAST WITH THE SYSTEMATIZATION OF COSTS OF CIVIL DEFENSE OF SANTA CATARINA

*Letícia Abreu Ramos*¹

*Fabiano Maury Raupp*²

Resumo

O trabalho teve como objetivo propor um alinhamento da previsão orçamentária com a sistematização dos custos da Defesa Civil de Santa Catarina. Procurou-se realizar um estudo exploratório, de natureza quali-quantitativa, por meio da pesquisa de campo e participante. Buscou-se analisar o contexto histórico e atual da Secretaria, coletar dados e informações mediante a análise de documentos primários e entrevistas não estruturadas com os servidores internos, analisados e interpretados por meio da técnica descritiva e documental. Foram identificados, segregados e classificados os gastos incorridos relativos às estruturas físicas, ou seja, a sede, as barragens, os radares e os centros regionais, a partir do método de custeio por absorção. Ademais, a sistematização proporcionou identificar o custo de cada estrutura, elencar os mais expressivos, além de possibilitar recomendação de medidas que visam a redução ou redirecionamentos dos custos, principalmente em decorrência da redução no orçamento disponível da Secretaria para o ano de 2019. Não somente, foi possível relacionar os quantitativos obtidos na sistematização com um comparativo do orçamento da Lei Orçamentária Anual dos últimos dois anos e previsão para o subsequente, para ressaltar que a sistematização aplicada é relevante na revisão dos orçamentos.

Palavras-chave: Previsão orçamentária. Sistematização dos custos. Defesa Civil de Santa Catarina.

Manuscript first received/Recebido em 20/07/2019

Manuscript accepted/Aprovado em: 05/07/2020

¹ Graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: leticia.abreu.ramos@gmail.com.

² Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor associado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atuando no Mestrado Profissional em Administração, no Mestrado e Doutorado Acadêmico em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: fabianoraupp@hotmail.com

Abstract

The objective of this work was to propose an alignment of the budget forecast with the systematization of the costs of the Civil Defense of Santa Catarina. An exploratory study, of a qualitative and quantitative nature, was carried out through field and participant research. We sought to analyze the historical and current context of the Secretariat, to collect data and information through the analysis of primary documents and unstructured interviews with the internal servers, analyzed and interpreted through the descriptive and documentary technique. The expenses incurred for physical structures, ie headquarters, dams, radars and regional centers, were identified, segregated and classified, using the absorption cost method. In addition, the systematization provided the identification of the cost of each structure, listing the most expressive, in addition to allowing the recommendation of measures aimed at reducing or redirecting costs, mainly as a result of the reduction in the available budget of the Secretariat for the year 2019. Not only, it was possible to relate the quantitative obtained in the systematization with a comparative of the budget of the Annual Budgetary Law of the last two years and forecast for the subsequent one, to emphasize that the applied systematization is relevant in the budget revision.

Keywords: Budget forecast. Systematization of the costs. Civil Defense of Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente o Estado de Santa Catarina tem vivenciado diversas ocorrências de desastres naturais e que ocasionam grandes transtornos à população e localidade afetadas. Para tanto, esses desastres têm sido cada vez mais incluídos na agenda do governo do Estado catarinense principalmente em decorrência dos elevados danos materiais e prejuízos socioeconômicos que afetam o desenvolvimento das comunidades atingidas.

Um desastre natural, segundo referência do Relatório de Desastres Naturais e Saúde no Brasil (FREITAS, 2014) nada mais é que um evento que apresenta duas características que podem ser combinadas ou não. A primeira característica apontada no relatório é que esse evento resulta em uma séria interrupção do funcionamento normal de uma comunidade, afetando seu cotidiano em virtude dos danos materiais e prejuízos econômicos. A segunda característica citada é que quando esse evento excede a capacidade de uma comunidade afetada em lidar com a situação utilizando seus próprios recursos, pode resultar na ampliação de perdas e danos ambientais, assim como na saúde para além dos limites do lugar.

A Defesa Civil de Santa Catarina tem um papel importante na coordenação de ações e atividades de prevenção, preparação, resposta, recuperação, reconstrução e gestão de riscos de desastres naturais, com objetivo de além de evitar ou amenizar o impacto ocasionado pelo desastre, também objetiva a preservação da moral da população e o restabelecimento do convívio social. Para isso, detêm uma estrutura adequada para a elaboração e execução de planos de emergência e projetos de prevenção. Vale destacar que mesmo com a Reforma Administrativa do Estado, para redução de gastos e reorganização das estruturas e corpo técnico, mediante a Lei Complementar n. 741/2019 (SANTA CATARINA, 2019) houve pequenas mudanças na Defesa Civil, na qual perde a denominação de Secretaria, sendo agora vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, como também, deixaram de existir poucos cargos. Demonstrando assim, a necessidade de sua estrutura e corpo técnico para continuar a trazer resultados positivos, quanto ao acompanhamento do estado catarinense em relação aos eventos climáticos, quanto na elaboração de planos e projetos de prevenção e redução dos efeitos provocados por esses eventos.

Para Mauss & Souza (2008), a Administração Pública tem um papel eminentemente social, em

que sua meta principal é a geração do chamado “Valor Público” que envolve a própria prestação do serviço à população e a imagem que a população tem dessa administração. Para os autores é através desse “Valor Público” que a administração pode contribuir para o aumento da satisfação dos seus usuários, pois através da mensuração eficaz de seus gastos o grau de satisfação pública poderá aumentar em virtude do constante aprimoramento de seus desempenhos organizacionais.

Neste ínterim, Siqueira *et al.* (2013) aponta que o orçamento público é uma maneira de informar com antecedência os custos que o órgão público deve executar em um exercício, bem como uma forma de planejar as atividades a fim de ter o controle do que possa vir a ocorrer para utilizar os recursos de maneira adequada. Para tanto, conhecer e classificar os custos da Defesa Civil de Santa Catarina pode contribuir para um embasamento à tomada de decisão, podendo interpretá-los e usá-los em favor da eficiência organizacional, principalmente no planejamento e orçamento da organização, assim como na mensuração do custo do serviço prestado. Neste sentido, o objetivo do estudo consistiu em propor um alinhamento da previsão orçamentária com a sistematização dos custos da Defesa Civil de Santa Catarina.

2 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESTUDADA

Segundo Mauss & Souza (2008), a realidade atual brasileira evidencia que o governo e a sociedade não sabem quanto custam muitos dos serviços públicos, e a partir do momento que não se conhece o custo de um serviço, não se sabe se a administração pública está ou não sendo eficiente. Alonso (1999) ainda complementa que o governo não sabe em que medida cada tipo de despesa contribui para os resultados obtidos e quais atividades agregam valor ao resultado final das ações do governo.

A necessidade de uma sistematização dos custos da Defesa Civil de Santa Catarina surgiu principalmente com o aumento dos gastos com manutenção dela própria e de seus serviços, sendo importante ressaltar que tais gastos com manutenção enquadram apenas os serviços de uso contínuo, denominadas, atividades, como por exemplo, gasto com energia elétrica, não incluindo aqueles que têm começo e meio e fim, os chamados, projetos. Sobre essas denominações, é importante ressaltar que uma atividade é um conjunto de ações realizadas de forma continuada, cujo produto final resulta exclusivamente na manutenção de uma ação já existente, todavia, um projeto é um conjunto de operações desenvolvidas num período limitado, resultando em um produto final que contribui para o aumento ou aperfeiçoamento de uma ação. (FILIPIN, 2009).

O aumento dos gastos com manutenção está relacionado principalmente à ampliação da estrutura física da sede e unidades regionais, do aumento do quadro de pessoal, de sistemas de monitoramento como os radares meteorológicos. Outras ampliações identificadas foram nas infraestruturas da contenção de cheias, as chamadas Barragens, que foram intensificadas para atender a demanda finalística, que é o atendimento à população e localidades afetadas por desastres naturais. Vale lembrar que as Barragens de contenção foram repassadas a Defesa Civil de Santa Catarina em dezembro de 2013, através do art. 2 da Lei Estadual n. 16.195, de 2013 (SANTA CATARINA, 2013), que autorizou a aquisição, mediante doação, dos imóveis correspondentes às instalações das barragens de Taió, Ituporanga e José Boiteux.

Além disso, existem dispositivos legais que obrigam a utilização das informações de custos no setor público através da apuração dos seus resultados, disponibilizando tais informações a órgãos fiscalizadores, assim como para a sociedade em geral. Desde 1964 através do art. 99, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964), já se identificava a necessidade de serviços de contabilidade que permitam o acompanhamento e conhecimento da composição da execução orçamentária através da determinação dos custos, ingressos e resultados. O art. 79, do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967), também expõe a necessidade da contabilidade para apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão.

Décadas depois, a Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101, de 4 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), trouxe a necessidade da transparência das contas públicas com objetivo de disponibilizar informações fidedignas em relação às suas efetivas despesas e controle da gestão fiscal. Assim como, através da Lei Complementar Estadual n. 381, de 07 de maio de 2007 (SANTA CATARINA, 2007), também é possível perceber o destaque para a necessidade de controlar os programas desenvolvidos de acordo com o modelo de gestão e estrutura organizacional e apuração de seus custos.

Nesse sentido, cabe destacar na Defesa Civil de Santa Catarina a oportunidade de implementação de uma sistematização de custos em virtude não somente da necessidade de atendimento às normas legais, como também para analisar a viabilidade de seus custos. No entanto, no início de 2018 foi identificada a necessidade da elaboração de demonstrativos para embasamento da revisão do PPA e da LOA, os demonstrativos foram elaborados por meio de planilhas eletrônicas, demonstrando os gastos totais e mensais do ano. Todavia, como a revisão do PPA e da LOA foi encaminhada em meados de agosto, a planilha de 2018 não havia sido finalizada, portando, sendo elaborada com base em estimativas. Apesar de incompleto o demonstrativo foi importante para elaboração do orçamento público, no entanto, ainda carece de melhor estruturação em vista da produção de diferentes informações. Para Mauss & Souza (2008, p.7), o orçamento público:

[...] reflete o resultado do planejamento operacional, discriminando quais projetos e atividades deverão ser executados para realização dos programas governamentais, ele também pode ser considerado como uma ferramenta de ligação entre os instrumentos de planejamento e finanças, para tornar possível a operação dos planos de governo e controle institucional.

Os demonstrativos são subdivididos em itens, como energia elétrica, água, combustível, correio, folha de pagamento, funcionários terceirizados e outros, como também por estrutura, identificando o custo mensal da sede, centros regionais, radares meteorológicos e as barragens de contenção. A elaboração das planilhas eletrônicas foi importante para nortear a elaboração da revisão do PPA e do orçamento da LOA do ano de 2019, entretanto, foi um dos instrumentos, por ser incompleto e conter dados estimados. Ainda que indispensável, identifica-se como um demonstrativo insuficiente, carecendo da implementação de um sistema que facilite o processo de elaboração do demonstrativo, ou que complemente o existente, para obtenção de informações relevantes acerca destes dados coletados.

Segundo Siqueira *et al.* (2013), tanto o PPA e a LOA quanto LDO são objetos de planejamento governamental, sendo indispensáveis para elaboração do processo orçamentário como uma forma de planejar as atividades a fim de ter o controle do que possa vir a ocorrer utilizando os recursos de maneira adequada. O Plano Plurianual tem como objetivo principal guiar os gastos públicos para possibilitar a manutenção dos serviços atuais e de novos investimentos, assim como, é um guia no cumprimento das metas de trabalho, devendo estas ser apuradas conforme os custos das ações e dos programas de governo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um planejamento que tem como finalidade nortear a elaboração dos orçamentos anuais, adequando os objetivos e metas da administração pública estabelecidos no PPA, abrangendo tais metas para o próximo exercício e dando suporte à criação da LOA. Já a Lei Orçamentária Anual é um processo do qual se elabora, expressa, executa e avalia o nível de cumprimento dos programas de governo, devendo estar compatível com o PPA e com a LDO, onde sua estruturação é feita através das receitas e despesas previstas para o exercício em que se trata o orçamento. (SIQUEIRA *et al.*, 2013).

Para tanto, há na Defesa Civil certa dificuldade na elaboração do planejamento e orçamento anuais, do PPA e LOA, e tal dificuldade estava atrelada, dentre outros fatores, à falta da sistematização

dos custos. Por ser um processo moroso e detalhado, as planilhas eletrônicas elaboradas contribuíram, porém careceram de outras análises para conclusão e a sistematização facilita tal processo. Para isso, foi feito um estudo sobre a importância da contabilidade dos custos no âmbito governamental, em que a mensuração dos custos é importante para suporte e embasamento ao planejamento da revisão do PPA e do orçamento da LOA. Sendo assim, Siqueira *et al.* (2013) já afirmava que durante o processo de elaboração, principalmente do PPA, é importante que a administração tenha conhecimento dos recursos e dos gastos que serão necessários para dar continuidade aos serviços públicos já existentes.

Segundo Mauss & Souza (2008, p.18), o conceito da contabilidade de custos pode ser apresentado segundo interligações de afirmações de dois autores, Leone (2000) e Ott (2004), sendo que:

[...] coleta, acumula, organiza, analisa, interpreta e informa os gastos dos objetos de custos (produtos, serviços, planos operacionais e táticos, programas, atividades e etc.) para determinar a sua rentabilidade e nível de eficiente [...] possibilita avaliar o patrimônio da organização, controlar os custos das operações e auxiliar o gestor no processo de planejamento e tomada de decisões. (MAUSS; SOUZA, 2008, p. 18).

As duas unidades orçamentárias da Secretaria são denominadas Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC) e Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC). A Unidade Gestora da SDC não possui fonte de recurso próprio, ou seja, é uma fonte controlável, somente de transferência voluntária, e no ano de 2018 possuiu uma única fonte de recurso a 0.1.28 e única subação 12027. A Unidade Gestora do FUNPDEC detém de um maior número de fontes receptoras, em que no início do ano de 2018, detinha as fontes 0.1.11, 0.1.22, 0.2.32 e 0.2.69, sendo as duas últimas, fontes não controláveis, com diferentes subações associadas. É importante ressaltar que uma subação, segundo informações do Manual do Siafi (BRASIL, 2017) é um desdobramento de uma determinada Ação (metas e objetivos do órgão), representando os meios e instrumentos da Ação para alcançar os objetivos pretendidos.

Para tanto, é evidente que a elaboração do orçamento por vezes é calculada com base em estimativas, no entanto, calculá-la a partir dos efetivos gastos, torna a informação obtida mais confiável, que além de embasar o orçamento por meio de informações exatas, não estimáveis, é uma forma de justificar a demanda pelos recursos públicos. Mauss & Souza (2008) já afirmavam tal relação, apesar de reconhecer a realidade financeira da administração pública devido à escassez de recursos, tal dificuldade pode ser reduzida através de um adequado instrumento que viabilize a análise de custos, afirmando poder evitar inclusive cortes lineares de verbas orçamentárias, comprovando não serem gastos supérfluos, ou estimáveis, mas sim necessários.

Com relação às estruturas da Defesa Civil e seus serviços prestados, os radares meteorológicos são imprescindíveis na emissão de alertas de precipitação, podendo ter uma visão mais ampla do tempo no Estado. Ainda, os radares preveem situações nas regiões, pois consegue visualizar a intensidade da chuva e vento, inclusive tempo de deslocamento da nuvem, o que mobiliza equipes para atuarem em campo e preparam a população para minimização dos efeitos desses eventos.

Sabendo da importância da prestação desse serviço ao Estado e da necessidade de se conhecer o real custo do serviço, e não estimado, é que se torna indispensável mensurar através dos componentes necessários à sua prestação. Não somente dos radares, como também mensurar o custo das outras estruturas, como as barragens de contenção, dos centros regionais e da própria sede, também necessárias para a prestação do serviço da Defesa Civil. Sendo assim, é importante saber o custo de cada uma, tanto para conhecimento do próprio órgão em saber o impacto sobre o total de seu orçamento, dando amparo a tomada de decisão, quanto como uma forma de transparência do serviço público ao Estado e ao cidadão sobre sua efetividade.

2.1 Método de custeio por absorção e alinhamento da previsão orçamentária da defesa civil de Santa Catarina

Após análise da viabilidade dos principais métodos de custeio apontados na literatura, foi identificada as vantagens de implementação do método de custeio por absorção. Martins (2010) afirma que o método de custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens/serviços elaborados, onde todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos. Apesar de ser um método, que, conforme Souza, Lisboa & Rocha (2003) é incapaz de viabilizar um conhecimento adequado das reais causas geradoras dos custos, pode ser menos dispendioso de implementar, pois não exige separação dos custos fixos e variáveis, somente dos diretos e indiretos, agregando todos os custos. Ademais, os resultados obtidos através deste método são aceitos para a preparação de demonstrações contábeis de uso externo e na obtenção de soluções de longo prazo. (VIEITA, 2007).

2.2.1 Identificação dos gastos

A identificação dos gastos da Defesa Civil de Santa Catarina foi obtida através da análise dos documentos contábeis, relatórios analíticos, planilhas eletrônicas, os quais obtidos através das entrevistas não estruturadas com os gestores internos das gerências, financeira, de planejamento e de recursos humanos. Foram identificados 34 (trinta e quatro) itens que compõem os custos totais com manutenção de toda a Defesa Civil, que variam desde a energia elétrica e água até os gastos com folha de pagamento dos servidores públicos e cargos comissionados. Tais itens são elencados na Tabela 1 como forma de demonstrar a representatividade percentual e a nomenclatura dos itens não teve como referência aos elementos e natureza de despesa, mas sim nominados e divididos com base em critérios de necessidade internado órgão, como forma de facilitar a identificação de informações e obtenção de resultados.

Tabela 1 - Custo total da Defesa Civil de SC em 2018

Itens	Total	% do total geral
Água	51.927,98	0,45
Assinatura e Anuidades	1.155,90	0,01
Combustível	197.369,47	1,70
Correio	8.915,59	0,08
Diárias	145.397,07	1,25
Diário Oficial	40.223,91	0,35
Energia elétrica	636.570,72	5,47
Estagiários	29.241,65	0,25
Folha de pagamento	4.705.089,82	40,41
Fornecimento de alimentação	20.292,97	0,17
Gêneros de alimentação	14.762,10	0,13
Gestão de frota	6.615,65	0,06
Impostos e taxas	2.202,97	0,02
Impressoras	37.164,78	0,32
Lavação de veículos	17.145,65	0,15
Limpeza e conservação	16.000,00	0,14
Link de fibra	315.200,70	2,71

Link óptico	94.330,80	0,81
Manutenção dos elevadores	8.250,00	0,07
Manutenção operacional	972.774,04	8,35
Manutenção predial	125.005,06	1,07
Manutenção dos veículos	85.752,00	0,74
Manutenção dos nobreaks	91.895,71	0,79
Material de copa e cozinha	1.471,00	0,01
Material de expediente	17.080,20	0,15
Material de limpeza	8.382,85	0,07
Passagens aéreas	55.657,35	0,48
Publicações de jornal	10.878,80	0,09
Rede lógica	288.854,05	2,48
Telefonia Móvel	34.497,98	0,30
Seguro Veicular	127.412,35	1,09
Tecnologia da Informação	148.449,73	1,27
Terceirizados	2.975.551,01	25,56
Virtualização dos servidores	351.709,93	3,02
Total	11.643.229,79	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O custo total da Defesa Civil, conforme Tabela 1, compõem os gastos de manutenção do ano de 2018, aqueles que exigem uma demanda contínua de execução, e conseqüentemente, pagamento. Este custo total engloba a sede localizada em Florianópolis, os 20 (vinte) centros regionais situados em regiões estratégicas, as 3 (três) Barragens de contenção e os 3 (três) Radares Meteorológicos.

É importante ressaltar que apesar da ampla estrutura da Sede, dos Centros Regionais, dos Radares Meteorológicos e das Barragens de contenção, os custos com manutenção predial, operacional e dos elevadores, quando somados seus percentuais, representam apenas 9,49% sobre o total, principalmente em razão de recém construídos e inaugurados, portanto a manutenção será contínua nos próximos anos. No entanto, é possível observar que somente referente a manutenção operacional, ou seja, dos sistemas mecânicos e elétricos, representa 8,35%, principalmente relativas aos custos das barragens, das quais foram doadas a Defesa Civil no final do ano de 2013.

2.2.2 Classificação dos gastos

Apurar corretamente a classificação dos gastos torna possível conhecer o valor do serviço prestado. A subclassificação em direto em indireto é importante para compreender o custo que está diretamente relacionado ao serviço prestado pela Defesa Civil, ou se ele está relacionado à atividade meio, como por exemplo, as atividades administrativas que são executadas durante o processo de entrega de determinado serviço.

Raupp (2009) aponta que os custos diretos, são aqueles que podem ser mensurados em cada produto, e são alocados diretamente em cada objeto de custeio, seja por centro de custo, departamento, atividade, produto etc. Já os custos indiretos, são aqueles que não podem ser mensurados diretamente em cada produto, assim, são alocados ao objeto de custeio por meio de critérios de rateio. De acordo com a atividade finalística da Defesa Civil existem estruturas destinadas a obter determinado fim, como, por exemplo, os radares meteorológicos que monitoram o território catarinense para detectar o tipo, intensidade e tempo de deslocamento da precipitação, assim como das Barragens de contenção,

que além de armazenarem água, contém as cheias e minimizam ou evitam os impactos gerados por enchentes. Para tal fim, tornam-se necessários custos diretos de manutenção para que esses serviços sejam prestados, assim como de custos indiretos como forma de gerir administrativamente tais estruturas.

2.2.3 Custo das estruturas

2.2.3.1 Custo total anual de manutenção da Sede

A Tabela 2 demonstra o custo total de manutenção da Sede da Defesa Civil, sendo composta por 34 (trinta e quatro) itens que variam desde os custos com água e energia elétrica até aqueles relativos à Folha de Pagamento. Ainda, na Tabela, é possível identificar os custos diretamente relacionados à Sede, e os custos indiretos, em que não foi possível segregar por falta de discriminação em notas fiscais ou falta de controle em determinados setores. Conforme a Tabela 2, o custo total de manutenção da Sede da Defesa Civil de Santa Catarina é 7.520.633,14, sendo que desse total, aproximadamente 80% é com Folha de Pagamento e funcionários Terceirizados responsáveis por gerir administrativamente tanto a Sede quanto indiretamente outras estruturas da Secretaria.

Tabela 2: Custo total da Sede da Defesa Civil de SC em 2018

Itens	Custo direto	Custo indireto
Água	35.239,04	-
Assinatura e Anuidades	-	1.155,90
Combustível	99.159,81	-
Correio	6.414,47	-
Diárias	103.467,07	-
Diário Oficial	-	40.223,91
Energia elétrica	320.568,45	-
Estagiários	29.241,65	-
Folha de pagamento	4.463.491,40	-
Fornecimento de alimentação	20.292,97	-
Gêneros de alimentação	14.135,40	-
Gestão de frota	-	6.615,65
Impostos e taxas	1.614,60	-
Impressoras	34.575,49	-
Lavação de veículos	7.510,65	-
Limpeza e conservação	16.000,00	-
Link de fibra	38.400,00	-
Manutenção predial	5.300,00	-
Manutenção dos veículos	51.484,60	-
Manutenção dos nobreaks	17.500,00	-
Material de copa e cozinha	-	1.471,00
Material de expediente	-	17.080,20
Material de limpeza	-	8.382,85
Passagens aéreas	55.657,35	-
Publicações de jornal	-	10.878,80
Rede lógica	17.106,70	-
Telefonia Móvel	22.161,55	-
Seguros	127.412,35	-

Tecnologia da Informação	148.449,73	-
Terceirizados	1.526.185,62	-
Virtualização dos servidores	273.455,93	-
Total	7.434.824,83	85.808,31
Total geral	7.520.633,14	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os custos diretos relacionados à Sede da Defesa Civil somaram 7.434.824,83 e os indiretos 85.808,31. Incluídos aos indiretos é possível identificar itens como material de expediente, de limpeza e de escritório, devido à falta de controle pelo setor de almoxarifado na entrada e saída dos produtos em que são distribuídos sem nenhum tipo de critério, dificultando a quantificação para cada estrutura, sendo recomendada a reorganização do setor e dos tramites internos na solicitação e distribuição dos produtos às estruturas.

Ressalta-se que a Sede é responsável pela atividade meio da Defesa Civil, viabilizando a prestação dos serviços de monitoramento através dos radares e funcionamento das barragens de contenção. Sem a operacionalização dos servidores na Sede, seja providenciando o acompanhamento do desempenho das barragens e radares ou mesmo no pagamento das notas fiscais, as estruturas não funcionariam ou funcionariam com baixa eficiência.

2.2.4 Custo total anual de manutenção dos Centros Regionais

Na Tabela 3 é apresentado o custo anual de manutenção dos centros regionais: centro de Araranguá (ARU), Blumenau (BNU), Caçador (CDR), Canoinhas (CAN), Chapecó (CCO), Concórdia (CDA), Criciúma (CRI), Curitiba (CBS), Itajaí (IAI), Jaraguá do Sul (JGS), Joaçaba (JCA), Joinville (JVE), Lages (LGS), Maravilha (MVH), Rio do Sul (RSL), São Miguel do Oeste (SGE), Taió (TAO), Tubarão (TRO) e Xanxerê (XXE).

Tabela 3: Custo total dos Centros Regionais em 2018 segregado por regiões

Itens	Regiões										
	ARU	BNU	CDR	CAN	CCO	CDA	CRI	CBS	IAI	JGS	
Água	-	1.523,65	699,69	1.456,65	254,22	963,67	1.343,71	-	448,91	1.233,88	
Combustível	4.963,47	6.753,86	5.780,81	5.488,92	4.751,81	3.775,18	6.143,15	4.695,34	1.976,76	4.615,83	
Correio	-	-	199,20	284,60	52,92	137,22	-	105,84	-	146,40	
Diárias	880,00	1.575,00	2.085,00	3.905,00	3.960,00	1.760,00	935,00	1.870,00	440,00	1.980,00	
Energia elétrica	-	6.833,74	5.722,69	11.434,41	-	6.272,77	4.583,84	-	7.960,14	4.479,06	
Folha de pagamento	335,98	335,98	39.320,86	30.584,13	335,98	447,97	99.164,93	447,97	335,98	447,97	
Gêneros de alimentação	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	
Impostos e taxas	-	-	-	-	-	-	-	554,67	-	-	
Impressoras	106,79	250,06	114,49	397,51	87,95	54,25	159,11	136,43	99,30	53,07	
Lavação de veículos	-	-	840,00	608,00	720,00	-	-	960,00	-	960,00	
Link de fibra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Link óptico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Manutenção dos elevadores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Manutenção operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Manutenção predial	-	-	-	-	470,36	-	-	-	-	-	
Manutenção dos veículos	828,22	1.474,21	2.613,24	3.180,16	-	-	3.180,54	759,99	760,00	1.352,00	
Manutenção dos mobreaks	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Material de copa e cozinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Material de expediente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Material de limpeza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rede lógica	16.662,60	18.052,95	24.810,86	16.401,24	1.173,35	18.626,62	10.675,38	25.636,92	15.044,32	15.000,68	
Telefonia Móvel	824,31	564,50	646,01	592,21	584,07	495,20	664,12	770,55	578,89	585,13	
Terceirizados	46.820,92	47.471,71	26.628,89	27.121,97	51.009,85	47.733,47	47.742,63	49.358,80	48.493,63	46.882,87	
Virtualização dos servidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	71.443,29	84.856,66	109.482,74	101.475,80	63.421,51	80.287,35	174.613,41	85.317,51	76.158,93	77.757,88	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Continua...

Tabela 3 - Custo total dos Centros Regionais em 2018 segregado por regiões

Itens	Regiões											Custo Total
	JCA	JVE	LGS	MVH	RSL	SGE	TAO	TRO	XXE			
Água	549,36	590,81	-	765,74	1.327,48	759,46	-	610,55	-			12.527,78
Combustível	4.599,49	6.812,72	1.804,80	3.923,02	10.582,89	3.070,49	8.690,81	4.114,76	5.665,55			98.209,66
Correio	52,92	131,03	77,33	229,96	-	350,83	344,71	-	388,16			2.501,12
Diárias	715,00	3.355,00	2.860,00	4.510,00	2.310,00	2.080,00	3.575,00	660,00	2.475,00			41.930,00
Energia elétrica	7.198,75	4.298,87	-	5.207,25	5.102,56	5.706,80	3.021,72	7.027,86	10.703,63			95.554,09
Folha de pagamento	447,97	447,97	447,97	447,97	447,97	447,97	66.480,89	335,98	335,98			241.598,42
Gêneros de alimentação	21,00	21,00	21,00	21,00	134,85	21,00	21,00	21,00	21,00			512,85
Impostos e taxas	-	-	-	-	33,70	-	-	-	-			588,37
Impressoras	78,97	158,47	64,74	77,58	45,05	144,77	28,78	155,36	376,64			2.589,32
Lavação de veículos	720,00	720,00	960,00	640,00	1.275,00	480,00	752,00	-	-			9.635,00
Link de fibra	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Link óptico	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Manutenção dos elevadores	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Manutenção operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Manutenção predial	-	-	-	-	-	-	-	-	-			470,36
Manutenção dos veículos	760,00	-	760,00	931,26	4.599,99	772,20	984,00	12.537,30	4.918,00			40.411,11
Manutenção dos nobreaks	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Material de copa e cozinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Material de expediente	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Material de limpeza	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Rede lógica	18.118,77	9.674,55	18.827,97	7.947,85	10.086,75	12.076,06	3.571,14	15.425,27	13.756,20			271.569,48
Telefonia Móvel	418,25	977,78	770,64	662,15	828,38	454,35	436,12	562,73	921,04			12.336,43
Terceirizados	48.796,19	48.519,88	49.934,45	36.000,99	49.358,80	34.586,90	35.180,27	45.419,47	48.390,61			835.452,30
Virtualização dos servidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
Total	82.476,67	75.708,08	76.528,90	61.364,77	86.133,42	60.950,83	123.086,44	86.870,28	87.951,81			1.665.886,29

Continuação

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da Tabela 3, é possível identificar na coluna “custo total” que os itens de maior representatividade são Folha de Pagamento e custos com Terceirizados, que juntos somam 1.077.050,72, cerca de 65% sobre o total, ambos itens compostos por funcionários responsáveis por operar administrativa e tecnicamente os centros regionais. O custo com energia elétrica representa em média 6% do total e com parte tecnológica, que incluem aqueles relativos a rede lógica, somam mais 16% aproximadamente, sem eles impossibilitaria o funcionamento das estruturas.

2.2.5 Custo total anual de manutenção das Barragens de Contenção

Da mesma forma como nos centros regionais, os custos diretos relativos às Barragens foram obtidos através da análise documental das notas fiscais e relatórios analíticos, do ano de 2018, dos quais estavam discriminados a que estrutura pertencia. O custo médio de todas as barragens obtido através da soma de todos os custos anuais, dividido pelo número de barragens de contenção, foi calculado com objetivo de comparar os itens de maior representatividade e diagnosticar o motivo da superioridade. Portanto, conforme a Tabela 4, o custo anual de manutenção das barragens está disposto na última coluna à direita, bem como a segregação de todos os itens e localidades no centro da Tabela.

Tabela 4: Custo total das Barragens de Contenção em 2018 segregado por regiões

Itens	Regiões			Custo Total
	José Boiteux	Taió	Ituporanga	
Água	-	-	4.161,16	4.161,16
Energia elétrica	1.297,56	14.932,16	36.104,90	52.334,62
Manutenção operacional	395,00	350.381,23	621.997,81	972.774,04
Manutenção predial	-	-	770,00	770,00
Terceirizados	-	306.803,42	307.109,64	613.913,06
Total	1.692,56	672.116,81	970.143,52	1.643.952,88

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando a Tabela 4 é possível identificar na coluna “custo total” que a barragem de contenção mais cara para ser operacionalizada é a de Ituporanga, pois somou em 2018 970.143,52. Ademais, possui custo com água, ausente nas outras barragens, além de um consumo representativo com energia elétrica, somando anualmente um total de 36.104,90, a uma média anual das três barragens de 17.444,8. Outro custo representativo da barragem de Ituporanga é o custo com Manutenção Operacional, somando 621.997,82 no ano, a uma média anual das barragens de 324.258,01. Apesar da Barragem de Ituporanga, em 2018 ter custado cerca de 31% mais do que a Barragem de Taió, o custo com pessoal terceirizado contratados para vigiar as Barragens foi praticamente o mesmo cerca de 306 mil reais.

2.2.6 Custo total anual de manutenção dos Radares Meteorológicos

Da mesma forma como nos centros regionais e barragens, os custos diretos relativos aos radares foram obtidos através da análise documental das notas fiscais e relatórios analíticos do ano de 2018, dos quais estavam discriminadas a que estrutura pertencia. Ademais, os radares não possuem todos os itens de manutenção, como água, manutenção operacional e terceirizados, por se tratar de radares construídos há poucos anos e por serem operacionalizados eletronicamente. Portanto, conforme é possível observar na Tabela 5, o custo anual de manutenção dos radares está disposto na última coluna à direita, bem como a segregação de todos os itens e localidades no centro da Tabela.

Tabela 5: Custo total dos Radares Meteorológicos em 2018 segregado por regiões

Itens	Regiões			Custo Total
	Chapecó	Araranguá	Lontras	
Energia elétrica	83.289,82	11.931,20	72.892,54	168.113,56
Gêneros de alimentação	-	-	113,85	113,85
Link de fibra	94.330,80	86.469,90	96.000,00	276.800,70
Link óptico	94.330,80	-	-	94.330,80
Manutenção dos elevadores	-	-	8.250,00	8.250,00
Manutenção predial	2.351,82	1.752,88	114.360,00	118.464,70
Manutenção dos nobreaks	-	-	68.252,00	68.252,00
Rede lógica	-	-	177,87	177,87
Virtualização dos servidores	-	-	78.254,00	78.254,00
Total	274.303,24	100.153,98	438.300,26	812.757,48

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Vale ressaltar que o principal motivo do Radar de Lontras ter um maior custo de manutenção em relação aos outros é devido a sua data de inauguração, inaugurado em 2014, diferente do radar de Chapecó e Araranguá que foram inaugurados em 2017 e 2018 respectivamente. Outro aspecto importante é com relação à dimensão do prédio, pois o radar de Lontras é um pouco maior do que os outros dois, tendo 8 andares totalizando 25 metros de altura, já o de Chapecó tem 5 andares somando 12 metros de altura e o de Araranguá é um radar móvel com 3,5 metros de altura, medida obtida desde a base até o topo do radome, equipamento que protege a antena (SDC, 2018).

2.3 Alinhamento da previsão orçamentária com a sistematização dos custos

Após a identificação dos gastos, e posterior classificação e segregação, buscou-se uma análise da Lei Orçamentária Anual - LOA dos últimos anos se previsão para o subsequente em detrimento da importância da análise da viabilidade das previsões de receitas para pagamento das despesas. A viabilidade das previsões é imprescindível em vista da necessidade da manutenção dos serviços prestados e da moderna e tecnológica estrutura construída.

Através da análise do Balanço “Execução Orçamentária” extraído do SIGEF, foi possível identificar que em 2017 ocorreram quatro subações superestimadas e a Tabela 6além de demonstrar este fato compara as mesmas subações com os anos subsequentes. Portanto, conforme a Tabela a subação 11883 em 2017 foi estimada em 4.710.260,00, a 11900 em 10.890.000,00 e a subação 12480 em 9.000.000,00, ambas somando um total de 19.890.000,00, relativas a projetos preventivos de kits de transposição de obstáculos, kit casas pré-moldada e kit de assistência humanitária. Ainda, pela subação 12730 foi estimada mais 9.700.000,00, sendo esta, recursos advindos do DEINFRA para custos com manutenção das Barragens de contenção, além de outras subações com o mesmo caráter preventivo, principalmente em função dos eventos ocorridos em 2014 em que atingiu diversas localidades com inundações, enxurradas e alagamentos.

Tabela 6: Comparativo entre subações representativas do orçamento dos anos de 2017 a 2019

Subações	2017	2018	2019
11883	4.710.260,00	450.000,00	833.687,00
11900	10.890.000,00	3.182.485,00	5.000.000,00
12480	9.000.000,00	2.000.000,00	1.700.000,00
12730	9.700.000,00	3.500.000,00	1.880.359,00
Total	34.300.260,00	9.132.485,00	9.414.046,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Tabela 6 demonstra que a relação entre as estimativas para o orçamento dos anos 2017 a 2019 foram diferenciadas, onde no ano de 2017 somente pelas subações 11883, 11900, 12480 e 12730, a estimativa foi quase 4 vezes maior do que em comparação com os anos de 2018 e 2019. Quando comparado os valores da subação 11883 com as das outras citadas no ano de 2017 a primeira representa somente a metade em relação às outras, no entanto, quando se analisa cada subação com os outros anos, a subação 11883 torna-se representativa, pois de 2017 a 2018 houve uma redução de cerca de dez vezes o valor, principalmente em decorrência da finalização da construção das novas estruturas, hoje destinadas a manutenção, em especial, dos centros regionais. O mesmo não ocorre com as outras subações, pois reduziram somente cerca de três a quatro vezes, demonstrando que, itens de resposta como kits de assistência humanitária e casas são imprescindíveis para amparar à população afetada, diferente da subação 11883 que é relacionada à manutenção das unidades como material de consumo e permanente.

Vale destacar que, tais valores, principalmente da subação 11883, estão atrelados as reestruturações na estrutura da Defesa Civil nos últimos anos, na qual se intensificou para suprir a demanda da sociedade, que mediante os recorrentes desastres naturais ocorridos nos últimos anos, vêm constantemente aprimorando o planejamento, gestão, e seus profissionais com intuito de garantir o melhor serviço prestado, voltado para prevenção e mitigação dos impactos causados pelos desastres naturais.

Sendo assim, diversas ações foram executadas até o final do ano de 2018, como a construção da sede da Defesa Civil, que é o Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres, que antes funcionava em um prédio de 1.520m², agora ampliado para 6.426m², juntamente com um quadro maior de servidores para atender a demanda finalística da Defesa Civil. Não somente, até o mesmo ano, radares meteorológicos foram construídos, em Lontras, Chapecó, e a base do Radar móvel em Araranguá que através deles foi possível monitorar 100% do território catarinense, assim como a construção dos Centros Regionais que permitem atuação regionalizada mais eficaz, sendo distribuídos em diferentes regiões, com objetivo de aumentar a eficácia das ações da Defesa Civil de modo geral.

O cálculo para revisão do PPA e da LOA de 2019 foi obtido com base nas planilhas eletrônicas dos custos de manutenção, nos valores empenhados e pagos do exercício anterior, ou seja, foi previsto um total de 47.845.610,00, contando inclusive com a fonte 0.2.69, até então prevista para o ano subsequente. Após a constatação da necessidade do redirecionamento dessa fonte para o pagamento da folha, os valores relacionados a ela foram alocados a outras fontes de recurso, conforme a cota estipulada e negociada após reivindicações, justificando a insuficiência para pagamento de folha salarial.

Sendo assim, após a realocação da fonte 0.2.69 para as fontes 0.1.00 e 0.1.11, os elementos de despesa mais representativos da subação 12989, ou seja, o 30.90.30 passou de 395.124,00 para 806.548,00, o 33.90.37 de 2.927.525,00 para 3.564.200,00 e o elemento 33.90.39 de 593.510,00 para 1.368.010,00, demonstrando uma necessidade de reforço de tais fontes de recursos. Vale distinguir os elementos de despesas onde o 33.90.37 refere-se à Locação de Mão de obra, o elemento 33.90.30 para

obtenção de material de consumo, como custos com combustível, manutenção de veículos, material de copa e cozinha, de expediente e de limpeza. Ademais o elemento 33.90.39 refere-se a Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica, sendo compostos por água, energia elétrica, fornecimentos de alimentação, impressão nas impressoras, lavagem dos veículos, geradores e telefonia móvel. É importante ressaltar que a soma dos custos desses três elementos de despesas são de 5.738.758,00, em torno de 88% do total da subação 12989, e de aproximadamente 17% do total da previsão para o orçamento de 2019.

Analisando a subação 13496, foi constatado que não havia despesas com a fonte de recursos 0.2.69, somente pela fonte 0.1.11, que permaneceu após atualização do orçamento. Desta forma, com relação aos elementos de despesa 31.90.11 e 31.90.12, com os Vencimentos do Pessoal Civil e Militar respectivamente, ambos somam um total de 4.573.870,00, em torno de 83% do total da subação e aproximadamente 13% do total da previsão para 2019. Além da análise das subações no ano de 2019, é viável uma análise comparativa da mesma subação entre os anos 2017 a 2019 como forma de visualizar a ausência da fonte 0.2.69, conforme exposto na Tabela 7.

Tabela 7: Comparativo dos elementos de despesa mais representativos dos anos de 2017 a 2019 da subação 12989

Elemento de Despesa	2017	2018	2019 atualizado
33.90.30	810.387,00	1.000.000,00	806.548,00
33.90.37	2.015.266,00	3.900.000,00	3.564.200,00
33.90.39	810.074,00	800.000,00	1.368.010,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com a Tabela 7, em 2017, pelo elemento de despesa 33.90.30 da subação 12989 somaram-se pelas fontes 0.1.11 e 0.2.29 um total de 810.387,00. Já no ano de 2018 no mesmo elemento de despesa e subação, porém das fontes de recursos 0.1.11 e 0.2.69 somaram-se 1.000.000,00, um aumento de aproximadamente 23%, para arcar com os custos de combustível dos veículos adquiridos no ano anterior. No ano de 2019 o valor voltou a reduzir, totalizando 806.548,00, ou seja, comparando 2019 e 2018, houve uma redução de aproximadamente 19% possivelmente em decorrência da pausa na aquisição de veículos.

Do elemento de despesa 33.90.37 da subação 12989, em 2017, somaram-se pelas fontes 0.1.11 e 0.2.29 um total de 2.015.266,00. No ano de 2018 no mesmo elemento de despesa e subação, porém, das fontes de recursos 0.1.11 e 0.2.69, somaram-se 3.900.000,00, um aumento de aproximadamente 94%, para arcar com os custos de mão de obra para estruturação dos novos centros e radares que estavam em construção, e com o aumento do número de funcionários terceirizados. Em compensação na previsão de 2019 soma-se um total de 3.564.200,00 que apesar da redução de aproximadamente 9%, sugere-se que apesar de muito ter-se construído durante o ano de 2018, ainda há previsão de pagamento de mão-de-obra para manutenção dos serviços e para os funcionários terceirizados.

Em 2017, no elemento de despesa 33.90.39 também da mesma subação e fontes citadas, somaram-se um total de 810.074,00 e no ano de 2018 o total foi de 800.000,00 uma redução entre os anos de apenas 10.074,00. No entanto, quando comparada à previsão para 2019 tem-se um total de 1.368.010,00 um aumento de 568.010,00 em relação a 2018, ou seja, aproximadamente 71%. Esse elemento de despesa representa o principal custo de manutenção da Defesa Civil, pois em vista da construção das estruturas físicas conseqüentemente requereram de uma maior demanda de energia elétrica, água, impressoras, telefônicas e manutenção de geradores. Sendo assim, em virtude de serem estruturas novas, recém-construídas e com equipamentos ainda em garantia, vale ressaltar, que nos próximos anos haverá outros custeios com manutenção das estruturas e

substituição desses equipamentos.

Não somente da subação 12989 é interessante demonstrar um comparativo entre os anos de 2017 a 2019 da subação 13496, que apesar de não sofrer a perda dos recursos advindos da fonte 0.2.69, ainda assim se acresceu durante os anos em vista do aumento do quadro de pessoal, conforme demonstrada na Tabela 8.

Tabela 8: Comparativo dos elementos de despesa mais representativos dos anos de 2017 a 2019 da subação 13496

Elemento de Despesa	2017	2018	2019 atualizado
33.90.11	1.499.409,00	4.428.563,00	3.940.522,00
33.90.12	319.031,00	477.012,00	633.348,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A subação 13496 em 2017 pela fonte 0.1.11 e elemento de despesa 31.90.11, relativas à folha de pagamento do pessoal civil, contabilizou 1.499.409,00. Comparando com o ano de 2018 o mesmo elemento e fonte totalizou 2.149.453,00, já fonte 0.2.69, ainda pelo mesmo elemento, totalizou 2.929.154,00, sendo assim, ambas somaram 4.428.563,00 em 2018, um acréscimo de 195% de 2017 a 2018. Pelo elemento de despesa 31.90.12, referente à folha de pagamento do pessoal militar, em 2017 pela fonte 0.1.11 contabilizou 319.031,00, em 2018 pelas fontes 0.1.11 e 0.2.69 o mesmo elemento totalizou 477.012,00, um acréscimo entre os anos 2017 a 2018 de aproximadamente 49%. Os dados demonstram um aumento no quadro de pessoal para atender a demanda da Defesa Civil que havia crescido com a inauguração da Sede e outras estruturas.

Comparando os anos de 2018 com a previsão para 2019, o elemento de despesa 31.90.11 somou 3.940.522,00, que apesar de ter reduzido 11% entre os anos, o elemento de despesa 31.90.12 passou para 633.348,00, ou seja, um acréscimo de 33%. Tais dados demonstram que apesar da folha de pagamento dos civis terem diminuído de 2018 para revisão de 2019, em comparação, o quadro do pessoal militar aumentou proporcionalmente, pois no geral o total da folha de pagamento, somando o pessoal civil e militar totalizaram 4.428.563,00 em 2018 e para revisão de 2019 houve um aumento 145.307,00, totalizando 4.573.870,00.

Comparando com a análise da revisão do PPA e do orçamento da LOA de 2019, a subação 13496, respectiva à folha salarial, pelos elementos de despesa 33.90.11 e 33.90.12, de pessoal civil e militar respectivamente, foi estimada em 4.573.870,00 um valor aproximado ao que foi gasto em 2018. Vale ressaltar que a revisão do PPA e da LOA foi estimada, pois foi encaminhado para análise em meados de 2018, portando a planilha eletrônica com todos os custos mensais, ainda não estava concluída. Apesar disso, a estimativa se aproximou muito da realidade da Secretaria, demonstrando que a partir dos próximos anos, é provável que a revisão seja ainda mais assertiva.

Apesar do valor previsto para 2019, relativo à folha de pagamento, ser aproximado, é possível observar que algumas subações e respectivos elementos de despesa não foram tão assertivos. Os custos com manutenção dos serviços administrativos da Sede, centros regionais e radares, contidos na subação 12989, incluindo aqueles com combustível, manutenção dos veículos, material de limpeza, de expediente e de copa e cozinha respectivos ao elemento 33.90.30, foi previsto para 2019 pelas fontes 0.1.00 e 0.1.11 um total de 806.548,00. No entanto no ano de 2018 foram gastos 310.055,52, demonstrando que a estimativa calculada em meados de 2018 não foi tão aproximada, apontando que os custos foram contínuos.

Da mesma forma, ainda pela subação 12989, fonte 0.1.00 e elemento 33.90.37, foi estimado um custo com locação de mão de obra, que incluem funcionários terceirizados, de 3.564.200,00. Vale

ressaltar que esse valor compreende os funcionários da Sede, centros regionais e radares, pois aqueles referentes à manutenção da barragem não podem ser incluídos, em virtude da existência de uma subação específica a elas, a 12730, portando para esta subação, foi estimado para revisão de 2019 um total de 652.359,00. Não obstante, somando ambos os valores com locação de mão de obra para 2019, as duas subações totalizaram 4.412.559,00, no entanto, o custo efetivo em 2018, de acordo com o cálculo das estruturas no item 5.3 desse trabalho, foi de 2.975.551,01, demonstrando uma necessidade de ajuste do orçamento em relação ao efetivamente gasto.

O mesmo ocorre com o elemento 33.90.39 das fontes 12989 e 12730, que representam aos custos com água, energia elétrica, assinatura e anuidades e publicações, fornecimento e gêneros de alimentação, impressoras, lavação e manutenção de veículos, manutenção dos geradores, operacional e telefonia móvel, foi estimado para 2019 um total de 2.396.010,00. Em comparação com o efetivamente gasto em 2018 nos mesmos itens, totalizou 1.882.922,92. Portando, a diferença entre o previsto para 2019 e o efetivamente gasto em 2018 foi de 513.087,08, pouco menos do que um terço do que foi gasto efetivamente em 2018.

Por conseguinte, a sistematização dos custos pode auxiliar na elaboração da revisão do PPA e do orçamento da LOA, que apesar de estimado em 2018, se aproximou mais do que em relação aos anos de 2017 e 2018, sendo elaborados com base em informações inexatas dos exercícios anteriores. Não somente, a redução no orçamento previsto para 2019 após as negociações da cota orçamentária e financeira além de ter impactado diretamente na redução e redirecionamento de fontes de recursos para o pagamento das despesas da Defesa Civil, também poderá impactar na realização de suas ações no ano de 2019. Poderá impactar, pois as atividades e ações projetadas poderão não ser executadas em virtude na redução no orçamento.

Apesar disso, a sistematização dos custos da Defesa Civil através do cálculo das estruturas e respectivos custos diretos e indiretos, é relevante não somente para amparar a decisão dos gestores governamentais mediante o arcabouço de informações levantadas, como evidenciadas na elaboração da revisão do PPA e da LOA, mesmo que estimado. O cálculo das estruturas torna a previsão para o ano subsequente mais assertiva, destinando corretamente o orçamento às devidas subações. É compreensível que após análise da viabilidade da cota financeira e negociações possa existir contingenciamento do orçamento, mas a partir do momento que se sabe o valor mais aproximado de gastos é possível ser mais flexível quanto as ações imprescindíveis de intervenção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo propor um alinhamento da previsão orçamentária com a sistematização dos custos da Defesa Civil de Santa Catarina. A identificação dos custos permitiu distinguir diferentes itens existentes para a manutenção das estruturas e a segregação proporcionou a compreensão de quais itens detém maior representatividade percentual perante o total, bem como o custo de cada estrutura. Sendo assim, a gestão de custos, por meio da mensuração, produz informações relevantes, permitindo aos gestores a visualização dos custos totais dos serviços prestados, fornecendo fundamentos para o controle dos custos e tomada de decisão diária.

As planilhas eletrônicas já existentes foram aperfeiçoadas e utilizadas na sistematização dos custos proposta no trabalho, das quais proporcionaram embasamento para a revisão do PPA e do orçamento da LOA de 2019, porém como foi encaminhado em meados de 2018, o cálculo foi elaborado com base em estimativas dos gastos no período supracitado. Portanto, a implementação da sistematização para os próximos anos será mais assertiva, por considerar o período completo para o cálculo. Não somente, através da sistematização, inicialmente inexistente, podem-se obter diferentes

informações, como o custo das estruturas, análise de sua viabilidade, áreas necessárias de intervenção, onde e porque reduzir ou redirecionar custos. Além disso, percebeu-se com análise da situação de informação atual existente, até implementação da sistematização dos custos proposta, que os gestores não sabiam em que medida cada tipo de despesa contribui para os resultados obtidos e quais atividades agregam valor ao resultado final de suas ações.

A partir desta análise foi possível constatar que entre os anos, o orçamento mais assertivo foi do ano de 2018, possibilitado pela autonomia na elaboração do orçamento por parte da Defesa Civil, não mais por outro órgão, sem conhecimento direto da realidade da do órgão. Ademais, 2019 possivelmente será ainda mais assertivo do que 2018, não somente pela autonomia e capacidade técnica dos gestores na elaboração, como também mediante a sistematização de custos implementada, pois o valor do orçamento se aproxima ainda mais da realidade.

Portanto, sem a sistematização dos custos fica difícil determinar quais serão os custos com manutenção e com projetos em andamento, necessários para os anos seguintes. Sendo assim, a sistematização também proporcionou ao órgão a capacidade de justificativa em casos de negociação de cota orçamentária e financeira, pois sabendo o custo de manutenção das estruturas e dos projetos pretendidos para o ano subsequente, permitem um arcabouço de informações acerca da necessidade do órgão. A falta de informação e dados dificulta a flexibilização por parte dos negociadores.

A sistematização dos custos proposta no trabalho permitiu avaliar a viabilidade dos custos de cada estrutura, averiguando a necessidade de determinados gastos inclusive possibilitando sua redução como forma de redirecionar a outros projetos futuros que proporcionem maiores resultados a Defesa Civil. Ademais, é imprescindível para a elaboração do orçamento, do controle gerencial, na tomada de decisões diárias, mediante o estabelecimento de informações fidedignas ao Estado e população.

Além de cumprir obrigações legais, a sistematização dos custos proporciona uma melhor visualização da situação financeira, garantindo maior eficiência e qualidade no controle dos gastos públicos, sendo um importante retorno ao cidadão, em decorrência do detalhamento da aplicação desses gastos. Portanto, além de permitir à sociedade a transparência das informações, aumenta a geração do chamado valor público, mediante a elaboração de informações pertinentes, não somente ao Estado como para a população, em vista de conhecer a efetividade da prestação dos serviços prestado pela Defesa Civil, sendo um instrumento importante para fiscalização dos recursos públicos. A geração do valor público permite ao órgão contribuir para o aumento da satisfação dos cidadãos em relação aos seus serviços prestados.

Ao saber o desempenho do órgão a população tem o direito e o dever de cobrar dos gestores governamentais novas medidas que atendam às suas necessidades. Consequentemente uma população consciente, que conhece sobre o órgão, seus serviços, além de fiscalizar os recursos públicos e ações realizadas, torna-se mais informada referente ao papel do órgão, como também de atitudes necessárias em situações de emergência, possibilitando a redução dos efeitos proporcionados pelos desastres naturais.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. Custos nos serviços públicos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 50, n. 1, p. 37-63, 1999.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 4 maio 1967. Disponível em: <http://www.>

planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm. Acesso em: 2 out. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm. Acesso em: 2 out. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 15 set. 2018,

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais:** aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 8. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional; Subsecretaria de Contabilidade Pública; Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2017. Disponível em: <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/020300/020302>. Acesso em: 3 out. 2018.

FILIPIN, Carlos Norberto. O que é programa, projeto, atividade, evento de duração certa? **Empresa de Apoio aos Municípios.** Jul. 2009. Disponível em: <http://apoioaosmunicipios.blogspot.com/2009/07/o-que-e-programa-projeto-atividade.html>. Acesso em: 16 out. 2018,

FREITAS, Carlos Machado. **Desastres naturais e saúde no Brasil.** Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

LEONE, George S.G. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 2010.

MAUSS, Marcos Antonio; SOUZA, Cezar Volnei. **Gestão de custos aplicada ao setor público:** modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

OTT, Ernani. Contabilidade Gerencial estratégica: inter-relacionamento da contabilidade financeira com a contabilidade gerencial. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos,** São Leopoldo, RS, v. 1, p. 35-46, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury. Gestão de Custos no Legislativo Municipal por meio do Custeio por Absorção: um estudo de caso. **Pensar Contábil,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 43, 2009.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.** Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 7 abr. 2007. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2007/381_2007_Lei_complementar.html. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Lei n. 16.195, de dezembro de 2013.** Autoriza a aquisição de barragens nos Municípios de Taió, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis, SC, 16 dez. 2013. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/16195_2013_

Lei.html. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. **Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019.** Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências. Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 12 jun. Disponível em: http://leis.ale.sc.gov.br/html/2019/741_2019_lei_complementar.html.

SDC. **Secretaria de Estado da Defesa Civil.** Florianópolis, SC, 2018. Disponível em: <http://www.defesacivil.sc.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SIQUEIRA, Júlio César *et al.* Processo de Elaboração do Orçamento Público Municipal. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, CE, 10 jul. 2013.

SOUZA, Marcos Antonio; LISBOA, Lázaro Plácido; ROCHA, Welington Rocha. Práticas de contabilidade gerencial adotadas por subsidiárias brasileiras de empresas multinacionais. **Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 14, n. 32, 2003.

VIEITA, Ana Paula. O custeio por absorção e o custeio variável: vantagens e desvantagens sobre o método a ser adotado pela empresa. **Perito Contador**, Belém, PA, 2015.